

A Diversidade Europeia e o Paradigma da Complexidade

Artur Parreira*

O paradigma da complexidade e os seus modelos parecem particularmente frutuoso para o enfrentamento criativo da diversidade europeia e para a compreensão do papel dos diferentes países que contribuem para essa diversidade.

Obter as vantagens da integração, sem perder o potencial da diversidade, é um desafio para as Instituições e Nações da Europa. É um desafio interessante, mas sem dúvida formidável: obriga a situar o processo de integração a um nível decisional tão complexo quanto o grau de variedade que visa integrar.

A complexidade como paradigma dos sistemas vivos (e portanto das comunidades humanas), tem sido salientada por diversos autores da área sistémica (Simon 1971). Pode ser definida com base em quatro parâmetros, que expressam uma orientação específica das acções de resposta ao meio:

- o nível de informação utilizado pelo sistema nas suas decisões de acção;
- o grau de variedade interna do sistema, ou seja, a diversidade das suas partes ou componentes, no plano cultural, socio-emocional e estrutural;
- o grau de variedade externa do sistema, o número de entidades cultural e estruturalmente diferentes com que interage de forma permanente;

*Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

- o grau de integração da variedade interna e externa, expresso em decisões e acções que efectivamente dela resultam e a aproveitam.

Esta complexidade implicará que todos os países da União Europeia (não só os Estados mas os Povos) contribuam para as decisões colectivas de um modo suficientemente activo e participativo, a diversos níveis e planos .

O elogio da diversidade

A diversidade - biodiversidade, diversidade cultural, de recursos, de perspectivas - é hoje comumente aceite como fonte decisiva de riqueza; o desafio que coloca é o da capacidade de articulação, de integração necessária, para poder ser aproveitada por um sistema humano.

A diversidade parece também algo de substancialmente desejável a boa parte dos inquiridos numa pequena sondagem feita entre universitários dos departamentos de Gestão e Ciências Sociais. Na opinião de cerca de 55% dos respondentes (N=62), ela conduz a maior complexidade dos sistemas socio-políticos, assegurando-lhes, conseqüentemente, uma riqueza interna maior. Esta maior complexidade obrigará a soluções mais inteligentes, uma vez que advirão do contributo de diferentes tradições culturais, obedecendo aos esquemas de H. Simon (1965) e de Lindblom (1979) sobre a variedade de pontos de vista na tomada de decisões. Mas a tendência à uniformização parece também imparável a muitos dos inquiridos (60%), que salientam, a propósito, as implicações éticas de um esforço muito acentuado de uniformização. No conjunto das respostas, aliás, são bastantes as opiniões de que há vantagens em se caminhar para um processo de uniformização (os inquiridos citam não só questões relacionadas com a integração económica, como a remuneração do trabalho, mas também as qualificações, o apetrechamento

tecnológico e mesmo as forças e os equipamentos militares).

O que se torna saliente nestas respostas é, por um lado, o ponto de vista que são os países mais pobres que têm vantagem na uniformização, sobretudo na dimensão económica e tecnológica; por outro lado, em relação ao projecto de unidade europeia, os inquiridos têm a noção de que a questão fundamental não é a escolha entre os dois pólos do *continuum* uniformidade - diversidade, mas sim a combinatória acertada desses dois pólos, através de um posicionamento flexível no eixo do *continuum*, respondendo eficazmente às questões:

- uniformizar o quê e até onde;
- manter que diversidade e em que campos.

Em nenhum sistema humano faz sentido a uniformidade total; trata-se, sim, de manter um equilíbrio flexível entre os dois pólos referenciados. Sabendo que a Europa parte de uma diversidade extensa, política e socio-culturalmente estruturada ao longo de séculos, levantam-se questões de difícil resposta: em que medida é possível ou desejável, com este pressuposto histórico, forçar a uniformização? Manter-se muito próximo da actual variedade interna, tão estruturada, permitirá concretizar o Projecto Europa, enquanto sistema económico e socio-político integrado? Que metodologias de integração serão mais frutuosas?

A diversidade como desafio

A resposta a tais questões ganhará em se apoiar em alguns dos princípios da teoria da complexidade, acima focada:

- Quanto mais complexo é um sistema, melhor ele entende as situações, nas suas estruturas e processos, e maior é a sua capacidade de resposta aos desafios, problemas e crises dessas situações
- Quanto maior é a variedade interna do sistema, maior é o seu grau de complexidade;

- Se o sistema conseguir integrar, em respostas concertadas, a sua variedade interna, o seu nível de complexidade é mais alto, com o conseqüente aumento da capacidade de resposta.

Estes princípios, que se orientam pelo teorema de Gödel (citado em Atlan 1994), apontam para a deseabilidade de o processo de integração europeia encontrar soluções capazes de salvaguardar extensamente a diversidade de partida.

A manutenção da diversidade coloca exigências principalmente ao nível das metodologias de integração e articulação (Chrysochoou 2004), exigências que se tornaram visíveis por ocasião de alguns acontecimentos recentes: a questão da adopção de uma Constituição para a Europa, o ensaio de um directório tripartido (constituído pela Alemanha, França e Reino Unido).

Estes dois acontecimentos representam claras situações de bifurcação nos caminhos da construção europeia.

Na verdade, como dissemos acima, a diversidade cultural e socio-económica da Europa tem a particularidade de ter raízes profundas em nações historicamente bem definidas, insusceptíveis de ser articuladas por objectivos e mecanismos meramente económicos, a não ser à custa de um reducionismo excessivo e ameaçador da própria identidade europeia emergente. Quer dizer, a articulação da diversas nações europeias exige algo mais que a mera criação de estruturas económicas comuns, ainda que isso possa ser um factor importante de articulação e coesão. Os diferentes países terão de encontrar respostas para a integração da sua diversidade em processos suficientemente elevados e abrangentes, para que essa integração não se faça à custa das vantagens da diversidade.

De acordo com a perspectiva teórica da complexidade, a integração das partes de um sistema exige, para não haver perda de diversidade, que os mecanismos de controle da acção colectiva se

baseiem essencialmente na informação e não no exercício de um poder homogeneizante e centralizador.

Neste pressuposto, a articulação da diversidade tem de partir de duas bases:

- O reforço da identidade dos diferentes sistemas socio-económico-culturais em interacção;
- a delimitação clara do processo articulativo das diferentes comunidades;
- a elaboração teórica e a concretização dos passos da articulação.

As diferentes comunidades em interacção

Podemos considerar que a construção da Europa, enquanto sistema, partirá de quatro raízes principais, a cujo contributo, integrado em diferentes momentos do tempo, terá de se prestar atenção:

- os países do Norte da Europa;
- os países do Mediterrâneo;
- os países eslavos que vão aderir brevemente (mas também, eventualmente a Turquia, que em termos europeus é *sui generis*);
- a Alemanha, a França, mas também o Reino Unido (o possível eixo articulador).

Este tipo de configuração estrutural indica que a tomada de decisão pelos actores da UE está sujeita, nas suas linhas gerais, à acção dos factores de condicionamento da racionalidade colocados em evidência pelo modelo político de decisão estratégica (Lindblom 1959):

- variados actores, dotados de um certo poder e dispostos a utilizá-lo, para influenciar as decisões colectivas;
- pouca visibilidade dos objectivos claramente vinculados ao sistema global, peso nítido dos objectivos dos actores particulares;
- definição dos objectivos e elaboração das decisões do conjunto feita gradualmente e com oscilações;

- complexidade das relações e das situações de decisão, com necessidade de visão de prazos longos, mas com pressão forte dos problemas do curto prazo;

- relativa escassez dos recursos, face à magnitude dos problemas.

Este tipo de situação exige que o controle das decisões, em termos de Europa, assente em dois pressupostos:

- grande capacidade de liderança, existência de líderes com grande credibilidade, advinda de uma visão de futuro, de propostas de objectivos de ordem superior, inspiradores e articulativos dos objectivos nacionais parcelares;

- grande capacidade de negociação, assente num estilo resolutivo¹ mais que no uso do poder e de um estilo competitivo, o que implica ter uma atitude negocial integradora das divergências e não negadora da diversidade existente à partida.

Estas condições criam, sem dúvida, um enorme desafio a todos os líderes europeus, e principalmente aos líderes dos países que se têm assumido como o núcleo em redor do qual se constrói a UE.

Este núcleo agregador - a França e a Alemanha, principalmente - poderá ter um papel de liderança da ideia europeia e da sua concretização, se os seus líderes forem capazes de se assumir decididamente europeus (e não apenas líderes dos países economicamente mais fortes da Europa), defensores de um projecto avançado de Comunidade, e não simplesmente a criação de instituições para sua regulação e controle. Terão de ser capazes de o fazer, sem prejuízo dos interesses dos seus países - legítimos numa Europa global - mas com uma visão alargada do conjunto para cuja construção são decisivos.

O Reino Unido e os seus líderes têm sido um ocasional parceiro deste núcleo central; mas terão de clarificar, se realmente quiserem integrá-lo, as suas naturais ambiguidades: na moeda, na ideia de

Europa *versus* império (anglo-americano neste caso), na aceitação da igualdade com os povos do continente (quantas vezes recusada por líderes ingleses).

O segundo ponto foi esclarecido na nota de fim de página: procura paciente de soluções criativas, e não apenas compromissos, escutando as múltiplas perspectivas e não apenas forçando soluções, valorizando os pontos fortes comuns e não privilegiando as respostas de qualquer centralismo burocrático.

O esboço de Directório

O esboço de um directório, a cujo ensaio nos referimos acima, é a primeira das bifurcações que assinalámos:

- pode ser o primeiro passo no reconhecimento da diversidade europeia como uma falha, escalonando a diversidade de acordo com uma hierarquia definida numa base económica: aceita-se a diversidade, mas desiste-se da integração; ou pode ser uma tentativa de levar os países europeus a descobrir e negociar novas formas de articulação, capazes de responder aos desafios económicos precisamente com base no aproveitamento das diferenças nacionais e regionais: constrói-se a integração com base na diversidade.

Responder a este desafio na perspectiva da diversidade, exige o aparecimento de estadistas de valor, verdadeiramente defensores de uma ideia de Europa integrada, mas aberta; e pedirá que os intervenientes no esboço de directório tenham a inteligência e a paciência de resistir a precipitações na utilização do seu poder económico e político para forçar soluções aparentemente eficazes, mas provavelmente portadoras de efeitos perversos (Tregoe 1972).

A Constituição Europeia

A definição de uma constituição para a Europa é outra bifurcação: tanto pode valorizar o contributo da diversidade como, em sentido contrário, avançar para um ou outro tipo de uniformização mais ou menos imposta. E não se trata apenas da polémica relativa à explicitação das raízes culturais europeias (que podem ser formuladas de maneira mais abrangente ou mais redutora e exclusivista). Na óptica da complexidade, acima definida, seria desejável que o texto da constituição não fosse apenas uma tábua rasa administrativa, mas traduzisse uma efectiva ideia da Europa, uma identidade superior capaz de integrar as identidades nacionais, acrescentando-lhes uma dimensão mais ampla; capaz de aceitar os contributos nacionais e mesmo confessionais e decantá-los em fórmulas que os compatibilizem, sem os anular, e apontem a via da sua convergência num projecto que se consolide em torno de um núcleo de valores partilhados, e valorize a interacção das diferentes perspectivas num espaço socio-cultural comum.

Os líderes europeus precisarão de ter presente que:

- a diversidade é na natureza a garantia da ordem que emerge do caos, é a base mais sólida de um futuro sustentado;

- a diversidade é nos sistemas humanos uma fonte permanente de informação e uma das raízes de que se alimenta a inteligência das comunidades;

- a diversidade é uma condição da subida do nível de complexidade da análise dos problemas e da elaboração de soluções mais eficazes para os resolver.

- a diversidade cria uma estética de nível superior e obriga as comunidades humanas a elevarem-se ao plano ético mais elevado (Kohlberg, Levine e Hewer 1983).

Respeitando estes pressupostos, os europeus serão capazes de responder ao desafio da sua

integração como sistema regional e da manutenção de uma diversidade criadora de riqueza. Os líderes dos diversos países precisarão, de clarificar e consolidar, numa óptica de comparação social (Tajfel 1981), com abertura de espírito, a sua identidade enquanto povos e nações, ganhando consciência do contributo que podem oferecer aos outros povos e, em contrapartida, dos padrões de comportamento que podem melhorar nos seus próprios, através do contacto com os outros parceiros da aliança.

O caso de Portugal

Nesta perspectiva, vamos utilizar como base de reflexão o caso português, não por ser essencialmente diferente ou mais significativo que os outros, mas tão simplesmente por ser essa a nossa primeira cidadania. Um já referido inquérito a estudantes universitários (n=62) obteve respostas interessantes a algumas questões fundamentais acima indicadas: quem somos nós, aos nossos olhos e aos dos outros? Que identidade herdámos do passado, qual estamos construindo no presente e para o futuro? Qual o contributo que poderemos oferecer aos outros povos europeus? Que padrões de comportamento podemos melhorar no contacto com os outros europeus?

A identidade dos portugueses, a nossa marca

As respostas dos inquiridos revelam que a imagem que fazemos hoje de nós apresenta muitas coincidências com o estereótipo tradicional do português:

- salientam a pobreza, a escassez de recursos, revelando que no quotidiano dos portugueses da classe média, esse fenómeno ainda é marcante;

- vêem o país como bastante descoordenado, descuidado, apostando mais no imprevisto que no estudo dos problemas;

- consideram-nos relativamente comodistas e preguiçosos em tomar iniciativas, deixando correr as coisas;

- vêem-nos como pessimistas, menos educados e finos que os outros europeus.

Mas nem tudo são traços negativos:

- salientam o facto de sermos solidários, amigos e acolhedores, abertos aos outros, aceitantes dos padrões de cultura e comportamentos dos outros povos, principalmente quando nos parecem de nível mais elevado;

- apontam como características nossas: corajosos, esforçados e trabalhadores, capazes de enfrentar dificuldades com êxito;

- consideram-nos um povo que valoriza as tradições, a família, as raízes, o legado que vem do passado, incluindo a gastronomia nas suas diversas vertentes.

O contributo para a Europa

Aquilo que os outros europeus podem receber dos portugueses é assim visto pelos inquiridos:

- a gastronomia portuguesa como padrão cultural de uma alimentação gostosa e saudável, quando saboreada com a devida arte;

- a abertura geográfica para fora do continente e a tradição intercultural portuguesa, com a valorização da miscigenação de hábitos de viver e de gente, a que sempre os portugueses estiveram ligados;

- um certo espírito aventureiro, aliado a uma boa capacidade de inventiva e de improviso, que nos tem permitido fazer grandes coisas com reduzidos recursos;

- capacidade de trabalho e de esforço, associada a uma visão pacífica dos intercâmbios com outras comunidades e povos.

Quais os hábitos a melhorar no contacto com os outros?

Os inquiridos são unânimes em salientar que os portugueses têm bastantes padrões de comportamento a melhorar, seguindo criativamente exemplos de outros povos europeus:

- com os nórdicos, um maior profissionalismo e seriedade nos comportamentos sociais e no trabalho, nomeadamente a pontualidade e o cumprimento de prazos, assim como o respeito pelas normas colectivas, por exemplo, as leis e regulamentos rodoviários;

- um acréscimo de educação cívica - respeito pelos direitos dos outros, pela limpeza e higiene dos lugares públicos, isto é, apostar mais na acção colectiva e menos no individualismo;

- uma melhoria da organização social, não só em termos de saúde, mas também de melhor resposta a minorias, idosos e pessoas em dificuldades;

- maior formação e desenvolvimento de competências pessoais e tecnológicas, com destaque para o desenvolvimento das competências necessárias à boa gestão de pessoas;

- finalmente, com a maior parte dos nossos parceiros, mesmo os do Mediterrâneo, uma maior assertividade e confiança nas suas capacidades, mais alegria e menos auto-comiseração.

Esta consciência da identidade como nação, com os seus pontos fortes e fracos, as suas virtudes e as suas potencialidades, é um exercício que todas as nações europeias podem fazer com proveito mútuo, cada uma com as suas especificidades: se as diferenças forem capitalizadas pela Comunidade, no seu conjunto, será possível construir num tempo histórico relativamente curto um viver europeu característico, rico e saudável. Principalmente se as diferenças forem valorizadas e aproveitadas, mesmo as que são oferecidas pelos mais pequenos e eventualmente mais pobres.

Cenário para um futuro desejável

A partir dos pontos enunciados, imaginemos para Portugal um cenário (Godet 1993) referente a um futuro desejavelmente não muito longínquo, optimista sem dúvida, mas apesar de tudo possível.

Primeira linha de desenvolvimento do cenário

Os líderes portugueses - políticos, académicos, empresariais, religiosos e culturais - adquiriram uma consciência clara dos traços acima delineados e reconhecem o seu potencial contributo para a existência de tais sentimentos.

Estes líderes, em todos os níveis da nossa sociedade, encaminham-se nesse cenário para atitudes de empenhamento na melhoria destes padrões de comportamento, para atitudes de solidariedade e identificação com o povo a que pertencem, abandonando decididamente as atitudes condescendentes, paternalistas, de um velado ou claro desdém em relação ao ser português, que no passado foram muitas vezes apanágio dos nossos dirigentes.

Decidiram tornar-se modelos do esforço para a melhoria da nossa qualidade de vida, pondo em prática projectos formais e informais (de acordo com as diversas situações) orientados para a consolidação de comportamentos sociais mais abertos, mais assertivos e menos baseados no medo e noutras emoções pouco positivas. Aliás, sempre que viajam por outros países da Europa nunca se esquecem de anotar as ideias colhidas nesses países e susceptíveis de ser aproveitadas cá.

Segunda linha de desenvolvimento do cenário

Através de campanhas e das atitudes observadas nos seus líderes, os portugueses de todos os sectores ganharam consciência de que não é

desejável manter a sua tradicional passividade, traduzida apenas, de vez em quando, em críticas de má língua e reivindicações meramente emocionais. O povo começou a participar e a exigir activamente dos seus dirigentes ser tratado com mais respeito e igualdade. Nota-se um esforço de correcção de atitudes contemporizadoras com a mediocridade, o desleixo, o descuido das normas de convivência essenciais, as águas turvas de tantas decisões que lhe dizem respeito. Passou a questionar as pequenas e grandes jogadas de nepotismo e outras pechas de que frequentemente se queixava, mas que inconscientemente contribuía para alimentar.

Perante esta mudança visível, os líderes nacionais começaram a sentir-se responsabilizados e, com o tempo, aprenderam a apreciar as críticas, vistas agora como construtivas e favorecedoras da sua própria atitude de responsabilidade social.

Terceira linha de desenvolvimento do cenário

As decisões colectivas em Portugal - no plano político, económico e social - começaram, conseqüentemente, a ser mais extensamente participadas, mais informadas e transparentes produzindo naturalmente melhores resultados. Que realimentam um novo gosto de ser português. A aprendizagem, o aumento das competências profissionais e socio-culturais começam a ser claramente mais valorizados que o mero estatuto resultante da posse de quaisquer 'canudos' ou título de fidelidade política e pessoal.

As escolas portuguesas começam a atrair estudiosos estrangeiros, não só pelo clima social descontraído que nelas e no país se vive, mas também por se terem tornado ambientes intelectualmente estimulantes. E as Universidades e Institutos Politécnicos, tanto privados como públicos, estão claramente a apostar na criação de conhecimento: com a proverbial industriiosidade do

português, investem os seus recursos (sem dúvida escassos) em projectos de investigação claramente orientados para potenciar directa ou indirectamente os factores de melhoria do nosso viver comum.

Estes projectos começam a ser objecto da atenção dos industriais (cujo nível médio de escolaridade subiu muito, entretanto) e alguns deles encontram aplicação industrial. Aliás, os governos de várias cores políticas têm mantido o incentivo a este intercâmbio e à aposta em inovações produtivas para o País.

Longe vai o tempo em que os agentes económicos e culturais procuravam ansiosamente os subsídios, deixando para segundo plano as preocupações com o valor social acrescentado.

Os portugueses aproximaram-se muito do nível médio europeu, já não são vistos como os bons alunos obedientes, mas sempre propensos a falhas e desculpas. São vistos como outros europeus quaisquer, embora despertem a curiosidade dos outros pelos seus traços de improvisação, um certo à vontade e descontração nas relações, decerto alimentados pela permanente ligação aos seus irmãos tropicais.

O leitor pode pensar que é uma visão utópica; é, com certeza, um cenário contrastado, talvez fortemente contrastado com o presente e qualquer futuro resultante da manutenção dos padrões actuais. Mas os cenários contrastados são cenários possíveis, se os actores estratégicos - os líderes dos vários sectores do país - o quiserem com vontade suficiente.

Como dizia Eça de Queirós (*A Ilustre Casa de Ramires*, p. 179): “e todavia o Homem vale pela vontade...dela sai o gozo sereno do domínio...só não sai gozo forte e viril da inércia que se deixa arrastar mudamente, no silêncio e macieza da cera”

E Fernando Pessoa assinalava (*Mensagem*, p. 87) “mais que o mostrengo que a minha alma teme manda a vontade que me ata ao leme” e nos conduziu à realização de feitos notáveis.

Notas

¹ O estilo negocial resolutivo está centrado no problema a resolver e não nos interesses das partes, assenta na escuta e compreensão do ponto de vista do outro, na definição clara das posições, na procura de soluções satisfatórias para ambas as partes, na restrição do uso do poder, na partilha de informação verdadeira (Deutsch 1975).

Referências

- Atlan, H. (1994). *Entre le Cristal et la Fumée*. Paris : Seuil
- Chrysochoou, X. (2004), *Cultural Diversity, and its Social Psychology*. Malden, MA: Blackwell.
- Deutsch, M. (1975). *The Resolution of Conflict: Destructive and Constructive Processes*. N. York:
- Eça de Queirós (1989). *A Ilustre Casa de Ramires*, Sintra: Edições Europa-América
- Fernando Pessoa (1940). *Mensagem e outros poemas afins*. Sintra: Edições Europa-América
- Godet, M. (1993) *Manual de Prospectiva Estratégica – da antecipação à acção*. Lisboa: D. Quixote
- Kohlberg L., Levine, C. e Hower, A.(1983). *Moral Stages: a Current Formulation and Response to Critics*. Basileia: Karger.
- Lindblom (1959) The Science of “Muddling Through”. *Public Administration Review*, Vol. 19: 79-88.
- Lindblom (1979) Still Muddling, not Yet Through. *Public Administration Review*, Vol. 39: 517-26.
- Simon, H.(1965).The New Science of Management Decision. In:Lawrence Welsch e Richard Cyert (Eds.). *Management Decision Making*. Londres Penguin Books.
- Tajfel, H (1981),Grupos Humanos e Categorias Sociais (Vol. I e II). Lisboa: Livros Horizonte
- Tregoe, B. e Zimmerman, J. (1980). *A Estratégia da Alta erência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.